

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUANTO A RELAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM AS NECESSIDADES DAS CLASSES

Daiane Natalia Schiavon (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara); Marcos Vinicius Marques (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara);

Eixo 2: Políticas e gestão educacional

INTRODUÇÃO

Entende-se que o professor de Educação Física, integrante essencial do corpo docente da escola, deve estar comprometido com o atendimento das necessidades das classes populares (dominada). Assim, como os outros docentes, ele é responsável pela socialização do conhecimento historicamente acumulado. E acredita-se ser esta a necessidade primordial desta classe, da qual a escola vem ao longo do tempo se isentando.

Segundo Saviani (1991), as classes populares precisam da escola para ter acesso ao saber sistematizado erudito e, ao mesmo tempo, usufruírem da cultura popular de uma forma elaborada, para poderem, apropriadas realmente dos conhecimentos historicamente acumulados, provando na prática a ontologia do ser social, ter instrumentos de contestação social. A cultura popular não tem um valor menor que qualquer outro saber dito erudito. Porém, segundo ele:

Se as escolas se limitarem a reiterar a cultura popular, qual será sua função? [...] O povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em consequência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses. (SAVIANI, 1991, p.80)

Sobre a grande importância da Educação Física como área do conhecimento humano que deve ser socializado pela escola e, conseqüentemente, apropriado pelos alunos, Soares (1990) discorre:

Jogar, dançar, praticar esportes são também formas de se apropriar do mundo, e não apenas de fugir dele, se alienar dele. Eis o aspecto humano de um componente curricular não ligado diretamente à atividade produtiva que precisa ser recuperado pela escola, transformado em disciplina curricular e desenvolvido como possibilidade histórica de romper com uma educação unilateral, ainda que numa sociedade capitalista. (SOARES, 1990, p.54)

Vasconcellos (2002) conceitua projeto político pedagógico da seguinte maneira:

O Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169)

Luciana Venâncio (2005) trabalhou, em sua dissertação de mestrado, a importância da coletividade na construção do projeto político pedagógico. Coletividade esta que é garantida por lei e que, por isso, engloba todo o corpo docente (artigo 13, Inciso I da LDBEN), inclusive, o professor de Educação Física. Segundo ela: “A educação física escolar, enquanto componente curricular é um dos responsáveis pela formação do cidadão, e por isso, deve participar das discussões referentes à discussão do PPP.” (VENÂNCIO, 2005, pp. 42-43)

Podemos perceber a importância do professor de Educação Física, como componente do corpo docente da escola, na manifestação dos seus pressupostos sobre a educação. Assim vemos a possibilidade, ainda que demasiadamente restrita de ele, se comprometido com as necessidades das classes populares, oferecer instrumentos às mesmas para a superação da sociedade de classes, através da materialização de suas intenções para com essas necessidades pelo projeto político pedagógico. Mas para isso ainda, como já discurremos anteriormente, é essencial a busca por mudanças principalmente nas formas de organização e gestão escolar, as quais garantam tal participação e na formação inicial e continuada dos professores de modo que os mesmos tomem consciência dessas suas possibilidades de intervenção.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é entender como se dá a relação entre o projeto político pedagógico da escola e as necessidades das classes populares, para apontar caminhos em direção a uma mudança no sentido de uma formação de professores consciente da necessidade do atendimento das necessidades/anseios dessa classe e da valorização da Educação Física como uma importante área de conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual de um município do estado de São Paulo, nos moldes da pesquisa qualitativa, caracterizando-se como pesquisa de campo do tipo exploratório, que, segundo Marconi (1990), se caracteriza como

Investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos (MARCONI, 1990, p.77)

Em razão destas características, se fez necessário um levantamento de alguns dados iniciais, os quais, no caso, foram obtidos através de uma pesquisa documental (projeto político pedagógico). Foram feitas a leitura e análise das partes do projeto, na busca de entender como as pessoas envolvidas com o processo educativo, em especial os docentes da área de Educação Física, se relacionam com o mesmo, visando o atendimento das reais necessidades das classes populares, as quais foram ressaltadas na construção do referencial teórico.

Foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com os três professores de Educação Física da escola. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. O entrevistado foi convidado a falar sobre sua relação com o projeto político pedagógico da escola e a relação das suas aulas com o mesmo, além de discorrer sobre metodologia e conteúdos utilizados.

A análise dos resultados se deu juntamente com a discussão dos mesmos, ou seja, os dados obtidos mais relevantes foram apontados. Assim, dentro do próprio texto, logo em seguida, estabeleceu-se uma crítica sobre os mesmos com base também no referencial teórico. Esta idéia foi aplicada durante a análise do projeto e das categorias levantadas das entrevistas. Objetivando-se já entender, principalmente no âmbito da Educação Física, como se dá a relação do projeto político pedagógico da escola com o atendimento das necessidades das classes populares, toda essa análise deu subsídios para construção das considerações finais, as quais foram feitas da forma mais crítica possível.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O projeto político pedagógico da escola em que foi realizada a pesquisa é apresentado como o resultado de uma construção coletiva. Inicia-se através de uma

exposição dos dados de identificação da escola e uma descrição mais aprofundada da mesma (histórico, recursos físicos, recursos pedagógicos, recursos administrativos e recursos humanos). Esta parte poderia ser de acordo com Vanconcellos (2002), enquadrada como o “diagnóstico”, através da qual é obtido o maior número de informações que darão subsídios para a enumeração das principais necessidades da escola e da população atendida por ela. Dentro desta descrição, destaca-se, pelos objetivos do presente trabalho, a análise da população atendida pela escola, que: “Apesar de nossa escola estar localizada na parte central da cidade, recebe alunos dos bairros periféricos, inclusive da zona rural” (p.16). Percebemos que, apesar da constatação de que a população atendida é em sua maioria composta por alunos pertencentes a uma classe social menos favorecida, não há um comprometimento claro e real com as necessidades dos mesmos, no sentido da superação das desigualdades impostas pela sociedade de classes em que se vive, através da apropriação do conhecimento que lhe é negado.

Uma passagem chama atenção:

Que Deus nos ilumine e nos proteja nos redirecionamento necessário, pois conhecemos a escola que temos, projetamos a escola que queremos, nas concepções: sociedade, educação, escola, currículo, aprendizagem e avaliação. Devemos lembrar que “todos é igual a ninguém”, temos que saber quem é quem, e termos um olhar para cada um e um grande olhar para a articulação do projeto pedagógico e a prática pedagógica, e nesse contexto, e o coletivo. (p.29)

Percebemos a dificuldade para o entendimento e o estabelecimento de relações que há nestas partes indicadas acima. Percebe-se uma grande alienação em relação isso, no sentido da falta de explicação e contextualização dos mesmos. Isso nos mostra mais uma vez, o descaso com o atendimento às necessidades das classes populares, pois esta parte do projeto, apesar de não se ter clareza das razões da sua existência, mas assemelhando-se à idéia de “marco referencial”, segundo Vasconcellos (2002), deveria compreender as idéias de escola e sociedade que se busca.

O terceiro capítulo do plano recebe o nome de “Objetivos da escola”. Neste encontramos os itens: “A missão da escola” (p.36), “Objetivo” (p.37) e “Metas” (p.39). Tais itens são discorridos em forma de tópicos. Não há uma diferenciação clara entre os mesmos, até porque todos os tópicos contemplados nessas partes foram construídos de uma maneira um tanto quanto desconexa e apresentados de uma forma alienada, pois a maioria deles ou têm um sentido muito amplo ou não têm sentido nenhum. A missão, os objetivos e as metas

são elementos que dão evidência à “programação” – parte do projeto que estabelece as ações que a escola pretende desenvolver para que supra as necessidades evidenciadas durante o diagnóstico, caminhando para o alcance das metas estabelecidas. Esta parte é essencial, pois dá à escola um caráter singular. Por isso seria necessário que fosse construída de uma forma mais adequada, de modo que se estabelecesse tais elementos de maneira clara e objetiva.

Segundo o plano, os conteúdos a serem trabalhados pela Educação Física no Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) estão organizados de uma forma que dá evidência da idéia de cultura corporal de movimento – presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Esportes, Jogos, Lutas, Ginásticas, Atividades Rítmicas e Expressivas e Conhecimento sobre o corpo. Inicialmente fala-se que os mesmos devem ser trabalhados de forma aprofundada e contextualizada, abrangendo as categorias conceitual, atitudinal e procedimental, porém, na divisão dos conteúdos ao longo das quatro séries, ocorre uma limitação, pois de uma forma muito pobre e simplista – em forma de tópicos, com palavras dispostas aleatoriamente – são expostas apenas algumas idéias de alguns esportes vistos sob a ótica tecnicista, visando apenas alguns aspectos ligados à execução do movimento e habilidades, o que acaba sendo incoerente com o que foi dito anteriormente. Ou seja, fala-se de diversidade de conteúdos, porém, no momento de definição dos mesmos, opta-se por apenas alguns esportes, ou demonstra-se um desejo uma abordagem aprofundada e contextualizada e, ao mesmo tempo, os conteúdos são tratados de uma forma limitada.

Os conteúdos referentes à Educação Física para o Ensino Médio estão enquadrados na categoria “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” - provavelmente este enquadramento nasceu a partir do documento Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), porém nada sobre isso foi mencionado. Os conteúdos se resumem a: Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol, Tênis de Mesa, Xadrez e Damas. Todos eles foram enumerados em forma de tópicos e nada além dos nomes dos esportes foi escrito. As três séries do ensino médio apresentam os conteúdos de forma idêntica. Isto prova o descaso com a Educação Física em geral e principalmente com a Educação Física no Ensino Médio, pois todos estes conteúdos, apesar de representarem uma parte muito pequena do universo da cultura corporal, carregam consigo uma importância histórica muito grande e, por isso, deveriam ser abordados de uma forma mais digna e abrangente, de tal forma que a contextualização dos conteúdos ministrados passe a ser uma obrigação por parte dos docentes.

Os professores de Educação Física são também responsáveis pela oficina “Atividades Esportivas e Motoras”. Conforme o plano discorre, essa oficina tem um caráter prático e deve oferecer condições para que os alunos experimentem o maior número de atividades motoras possíveis. Sugere-se atividades ligadas às áreas do esporte, da ginástica e do jogo. Constatamos no texto referentes à definição destes aspectos algumas confusões. Por exemplo, quando define-se o conjunto de atividades referentes à ginástica:

Na Ginástica podem ser oferecidas as atividades de ciranda, cantigas, danças folclóricas e danças educacionais, oriundas do currículo de formação inicial do profissional de educação física. (p.90)

Percebe-se claramente, pela análise principalmente dos conteúdos referentes à área da Educação Física, certa alienação, tanto no sentido do não entendimento do significado de cada conteúdo e dos mesmos como parte de uma sistematização dos saberes construídos historicamente, como da importância destes conteúdos na formação do aluno. Também, pode-se dizer, com base nas palavras expostas no projeto, que a Educação Física, apesar de algumas idéias relacionadas à diversidade e contextualização, é entendida somente como a prática de alguns esportes tradicionais. Assim, anula-se a possibilidade de transcendência a partir da apropriação destes conteúdos de forma crítica.

Um fato interessante nos chamou atenção: Um item, que contém duas páginas, referente ao capítulo “Planos de Curso”, intitulado “Integração e Sequência dos Componentes Curriculares”, que, apesar de certa falta de sentido para sua existência, discorre sobre alguns aspectos até interessantes como, por exemplo, interdisciplinariedade e temas transversais, aparece de forma idêntica em duas partes distintas do capítulo (no começo, página 47 e no final, página 123). Isso prova mais uma vez, a incoerência e falta de comprometimento na construção do projeto político pedagógico, o que de uma forma geral diminui sua fidedignidade.

Durante a leitura e análise do plano, alguns fatos isolados chamam atenção: Em inúmeras partes do plano – e isso nos leva a inferir que é este um dos objetivos primordiais da escola – aparece à necessidade diminuir o número de evasões escolares; a repetição de algumas idéias e a falta de critérios para a definição do melhor enquadramento das mesmas também é evidente; percebe-se um número elevado de erros de ortografia e concordância. Este fator, aliado à estrutura do projeto – a maioria feita de maneira pontual e em forma de tópicos – dificulta a fluência da leitura e o entendimento do que está escrito; e uma falta de

organização e articulação entre as partes do projeto. Isso causa certa insegurança, no sentido de, para aqueles que lêem, não haver uma certeza do significado de cada parte.

Se faz necessário neste momento, através de um levantamento de categorias, buscar entender até que ponto tudo o que foi dito sobre o projeto político pedagógico se relaciona com as entrevistas dos professores de Educação Física. Três professores de Educação Física foram entrevistados. Dentre eles, um é professor efetivo (Professor B). Este ministra um número considerável de aulas em relação aos outros dois professores (Professor A e Professor C), que são professores contratados para ministrar aulas nas oficinas de Atividades Esportivas e Motoras. Buscamos analisar as respostas dos três, tendo em vista os objetivos do trabalho, na tentativa de relacioná-las, destacando os pontos convergentes e divergentes, tanto com a análise do projeto como entre as falas dos entrevistados. Cinco categorias foram levantadas. Seguimos com a apresentação e discussão das mesmas.

1. A relação dos professores de Educação Física com o projeto político pedagógico

O único professor que soube falar algumas coisas sobre o projeto foi o Professor B (efetivo). De uma forma bem consciente, este professor, provando o que foi dito acima, diz que “o projeto político pedagógico eu acho que é uma ferramenta muito importante”. Em seguida o mesmo faz uma ressalva (crítica):

A comunidade escolar e os professores participam muito pouco. A maioria das vezes é um projeto político pedagógico que está pronto, que não é construído com os professores e nem com a comunidade escolar, o que seria ideal. Então, por isso é muito falho, quando uma pessoa só pensa no projeto político pedagógico ele toma... ele só toma vida por uma pessoa só né? E não pela comunidade escolar. Então eu acho isso muito falho.
(Professor B)

Apesar disso, ele é a favor de um projeto que tenha nascido de uma construção coletiva, que envolva a participação de todos responsáveis pelo processo de educação, o que geraria um maior comprometimento, principalmente por parte dos docentes, com a escola e seus objetivos, ao contrário do que geralmente observamos, pois na maioria das escolas o projeto político pedagógico é construído por uma pessoa ou um pequeno grupo e apenas apresentado às pessoas que devem tomá-lo como base - geralmente isso não é feito, pois não há uma preocupação sequer com a leitura do mesmo - para o norteammento de suas ações.

2. A Proposta Curricular do Estado: Pontos positivos e negativos

Conforme a própria Secretária da Educação do Estado de São Paulo diz na carta de apresentação da proposta, esta nasceu a partir do momento que se verificou a ineficiência da tática descentralizada que a Lei de Diretrizes e Bases criou quando deu autonomia às escolas para que elaborassem seus próprios projetos pedagógicos. Assim a proposta se caracteriza como, na busca de uma maior organização, uma tentativa de padronização dos conteúdos da Educação Física a nível estadual. Percebe-se, claramente, pelas falas alguns conflitos de idéias entre os professores e que não houve ainda uma adaptação completa à idéia trazida pela Proposta Curricular. Há dúvidas ainda em relação ao seu caráter e às possibilidades de aplicação, devido ao confronto com a realidade.

Um dos professores apontou, como principal dificuldade de se trabalhar com a Proposta Curricular do Estado, a falta de interesse dos alunos pelas aulas, devido ao fato de a realidade dos mesmos estar um pouco distante dos temas apresentados. Segundo ele:

Tem alguns temas que eu acredito, pela participação dos alunos, tal, que não tem significado para os alunos. Exemplo: Nós temos lá, rugby. Não parte muito da realidade dos alunos. Então os alunos não se interessam muito. Tem o zagueiro, esgrima, coisas que fogem muito da realidade dos alunos. Eles têm contato? Têm contato, mas a gente percebe na aula que eles não se interessam muito. (Professor B)

Porém, como ele mesmo diz, “outras atividades que fazem mais parte do universo dos alunos, eles se interessam mais” (Professor B). A fala do professor comprova que a falta de interesse pelas aulas é, muitas vezes, afetada pelo distanciamento dos conteúdos ministrados com o universo do aluno. Este talvez seja o principal fator negativo da proposta, o que contradiz com a idéia de autonomia concedida às escolas.

3. A escola pública hoje

Quando questionados sobre a concepção que tinham da escola pública, os professores entrevistados manifestaram-se de um modo muito parecido. Destacamos as seguintes falas: “a escola pública hoje está um pouco aquém das expectativas” (Professor A); “a escola pública, como você vê, tá numa transição” (Professor B); e “escola pública hoje, eu acho que há um pouco de falhas” (Professor C). Podemos notar claramente uma insatisfação e uma constatação, por parte dos professores, de que a escola pública não atinge por completo seus objetivos. As poucas palavras demonstram uma crítica um tanto

quanto abrangente, o que, pelo caráter de complexidade que a escola carrega, se torna insuficiente.

Podemos perceber também que não há um comprometimento dos professores com este fato. Ou seja, sabe-se que a escola pública, como diz o Professor A, “está um pouco aquém”, porém nada, ou muito pouco é feito na busca de melhorias.

4. O atendimento às necessidades das classes populares

Constatamos que os professores não têm muito claro quais são as reais necessidades das classes populares (classe menos favorecida economicamente, classe dominada, classe trabalhadora, etc.), muito menos como a escola poderia contribuir com isso. Um dos professores, mesmo quando questionado exatamente sobre este tema, mudou de assunto e acabou por não falar nada sobre. Um comentário do professor C, nos chamam atenção:

Esse processo, da escola abrir aos finais de semana, está beneficiando uma classe mais baixa, por que? É uma classe que não tem um fim de semana em um clube, não tem como estar pagando para estar viajando sempre, estar passeando [...] Aí vai das necessidades das classes mais pobres, porque alguns alunos de classes mais pobres eles não podem ter acesso a uma academia, então o que eu dou aula em uma escola? Eu dou aula de body combat, se eu consigo colchonete, eu dou uma aula de ginástica localizada.

A idéia que nos é passada é que a escola é considerada como oportunidade de acesso a recursos dos quais as classes populares não dispõem. Especificamente sobre o processo de apropriação dos conteúdos como principal objetivo/função da escola para o atendimento das necessidades das classes populares, apesar de um pouco superficial, nenhum comentário foi feito.

5. As aulas de Educação Física

Como se esperava, podemos dizer, pelas falas dos professores, que as aulas de Educação Física são concebidas de uma forma um tanto quanto desconexa e, ao mesmo tempo alienada.

Sobre os objetivos, ou estes são ignorados ou se apresentam de uma forma muito ampla, o que dificulta o entendimento. Há apenas um comentário sobre: “o objetivo dos professores de todas as disciplinas, de todos os professores, fazer com que esse aluno

tenha autonomia” (Professor A). Nada no sentido da concretização deste objetivo é mencionado, o que prova a alienação e a desarticulação com a realidade.

Em relação à preparação das aulas, não há nada definido. Geralmente os professores aplicam exatamente o que a Proposta Curricular do Estado oferece: “A gente segue aqui o que está escrito no caderno [...] Está tudo escrito, é só você seguir. Agora está bem mais fácil.” (Professor A). Esta indefinição ou inexistência de planejamento nos mostra certa displicência com os conteúdos, que realmente teriam significado com realidade/necessidade do aluno se fossem tratados de uma forma mais comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeros são os aspectos que dão margem a críticas ao este setor público da educação nacional. Falta de incentivo governamental, caracterizada, dentre outros aspectos, por baixos salários, poucos cursos de formação continuada e baixos investimentos relativos à escola como um todo, além de um comprometimento insuficiente pelos responsáveis pelo sistema educacional – funcionários, professores, alunos e administração – e de ideologias capitalistas, também presentes dentro da escola, são as principais causas da precária situação que a escola pública se encontra. Com base nestas evidências podemos concluir que a escola pública hoje acaba por não cumprir seus principais papéis no sentido do atendimento às necessidades das classes populares, dentre os quais se destaca a mediação entre o aluno e o saber construído ao longo da história de forma sistematizada.

Constatamos, pela análise do projeto da escola analisada, que não existe realmente uma relação entre esse documento e as necessidades das classes populares expostas no referencial. Observou-se, conforme explicitado detalhadamente durante a análise e discussão dos resultados, certa inadequação na construção do mesmo. Além de apresentar uma estrutura confusa, aliada a erros ortográficos e falta de nexo textual, percebe-se claramente uma alienação, provada pela falta de sentido para existência de vários itens e tópicos, pela indefinição referente às partes do projeto e pela repetição de jargões típicos do ambiente escolar, que na verdade se traduzem como uma forma de isenção de responsabilidade, através do encobrimento de certas verdades, o que dá evidências ou de uma falta de conhecimento ou de uma prática ideológica.

Infelizmente, pelas falas dos professores, o projeto político pedagógico nunca foi considerado na elaboração de suas aulas, até porque, os professores nunca participaram da construção do mesmo e não são conscientes da importância deste seu papel devido à falta de formação. As aulas de Educação Física da escola estão baseadas unicamente na

Proposta Curricular do Estado. Além disso, podemos constatar certa alienação na construção e aplicação das aulas, além da falta de comprometimento dos professores com as reais necessidades das classes populares, em partes justificáveis, principalmente, por condições ruins de trabalho e até mesmo pela falta de conhecimento tanto conceitual quanto pedagógico.

Devemos ressaltar como foi feito ao longo de todo o trabalho, a importância da participação de todas as pessoas envolvidas com o processo educativo, dentre as quais está o professor de Educação Física, na elaboração, na construção e na constante avaliação do projeto político pedagógico da escola. Esta forma de pensar as práticas pedagógicas dentro da escola, para que se concretizem realmente, exige outras ações, principalmente em relação à formação dos profissionais envolvidos com a escola.

O campo da formação dos professores, no caso, principalmente da Educação Física precisa tomar consciência que parte do conhecimento a ser apropriado de forma crítica, nomeado de cultura corporal de movimento, está a cargo destes professores. Por isso, estes precisam urgentemente adquirir a consciência de seu papel e, assim, em conjunto com todos outros docentes e com todos outros responsáveis pela escola, utilizando o projeto político pedagógico como instrumento de manifestação dos interesses/necessidades das classes populares, dar aos alunos a oportunidade de transcendência, que, no caso é o mesmo que dar possibilidades para que estes lutem em favor da justiça.

REFERÊNCIAS

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1991. 225 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In_____ **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1990. p. 56-123

PINHEIRO, Maria Eveline, A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.), **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998, p. 75-94

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 1991. 156 p.

SOARES, Carmen Lúcia. Fundamentos da Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 71, n.167, p. 51-69, 1990

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto Político Pedagógico. In: _____:
Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo:
Libertad, 2002, p. 169-200.

VENÂNCIO, Luciana, **O Projeto Político Pedagógico e a Educação Física escolar no processo de construção coletiva.** 2005. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.